



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

SANTIAGO, CHILE, 10 DE NOVEMBRO DE 1996

Senhor Presidente,

Eu creio que as questões fundamentais já foram aqui colocadas, desde aquelas que se podem divisar num plano bastante abstrato, no sentido mesmo da democracia, até as muito concretas, como as que estamos enfrentando.

Nós estamos revivendo a idéia de democracia em condições muito diferentes daquelas que marcaram o debate clássico sobre a democracia. Estamos, outra vez, sentindo a necessidade da afirmação de um valor, no exato momento em que as nossas sociedades todas estão sendo desafiadas pelo mercado e por aquilo que disse o Primeiro-Ministro de Portugal, por um mercado que, queiramos ou não, se globalizou e coloca desafios concretos à democracia e àquilo que é muito caro a todos nós: a reafirmação da idéia de soberania.

No fundo, as nossas reflexões, hoje, por mais que as palavras sejam as mesmas que dizíamos há 20, 30, 50 ou 100 anos, estão num contexto diferente. Isso também já foi aqui ressaltado. De alguma forma, a questão da democracia não se esgota mais na questão se-

quer das instituições políticas. Ela abrange o conjunto das instituições sociais.

A democracia da qual estamos falando, em outras ocasiões, em outras épocas históricas era chamada de democracia substantiva, que, então, se opunha aos críticos da democracia, como se fosse a democracia formal.

Aqui não se trata mais desta discussão, que é obsoleta: saber se a democracia deve ser uma organização capaz de, simplesmente, assegurar certas regras de Direito, no que diz respeito ao poder, ou saber se a democracia tem a ver com as transformações da sociedade.

Obviamente, hoje, a democracia alcança, abrange as duas dimensões. E uma não pode excluir a outra. Já disse, muito bem, o Presidente do Uruguai, Julio Sanguinetti, que os termos que nós temos que equacionar são equidade, liberdade, Estado e mercado, em um novo contexto.

Não se trata mais de uma discussão sobre a democracia como conseqüência do mercado ou a democracia no significado de ausência do Estado, nem se trata do seu oposto, de pensar que, em nome da solução das questões substantivas, é preciso reforçar o Estado e esquecer as condições prevalecentes na sociedade, em termos de liberdade e cidadania.

Nós estamos em outra fase. Essa nova fase estamos encarando em conjunto. E, nesse aspecto, há similitude do mundo ibero-americano, porque, também na Espanha, também em Portugal, os problemas que se colocam a nós, hoje, colocaram-se lá e foram resolvidos lá, assim como nós, hoje, estamos resolvendo aqui. Nessa nova fase, nem existe mais a possibilidade de se pensar a democracia como alguma coisa limitada a uma certa área. Ela requer a consideração de direitos universais, incluindo aí os direitos humanos. É impossível se afastar dessa idéia. Há uma dimensão, no valor da democracia, que transcende a fronteira e diz respeito a direitos humanos. E nós temos que incorporar, nas nossas instituições, nas nossas práticas e na nossa cultura, essa dimensão valorativa do universal. Mas ela também diz respeito a questões muito concretas na elaboração de instituições li-

vres, que permitem resolver essa equação colocada pelo Presidente Sanguinetti.

Nós estamos encaminhando essas soluções. Estamos respondendo ao desafio da globalização pela integração num regionalismo aberto, que nos dá mais forças para as discussões nos fóruns internacionais. Estamos integrando esse desafio, na medida em que, em vários fóruns, os nossos países têm insistido em que as instituições de Bretton Woods são insuficientes para dar cabo dos desafios contemporâneos. Nós temos, hoje, questões muito difíceis de serem equacionadas, como a volatilidade dos capitais, que pode, efetivamente, atingir – como já atingiu – alguns dos nossos países, sem que as instituições locais tenham pronta resposta. E não terão se nós não atuarmos em conjunto nos fóruns internacionais, reorganizando também essas instituições, que hoje certamente estão requerendo, com urgência, modificações, e modificações profundas.

Mas, no que diz respeito, especificamente, às questões internas nossas, nós não podemos separar a necessidade de uma modernização do Estado e da economia da real democracia. Com os Estados de que dispúnhamos, burocratizados, clientelistas, muitas vezes sacrificando a governabilidade, ou melhor, sacrificando a liberdade em nome da governabilidade, e tornando-se autoritários, não se conseguia nem o crescimento econômico, nem o bem-estar social, nem a equidade e nem a democracia.

É preciso ter coragem e mudar o Estado. Mudar o Estado não significa dizer que se pode prescindir do Estado – seria, realmente, uma visão muito estreita imaginar tal coisa – nem imaginar que o Estado não deva ter uma palavra sobre a economia, ou mesmo a participação, em certos momentos até ativa, em setores da economia. Mas significa que ele deve ser um Estado crescentemente regulador. E, por sua vez, um Estado permeável à sociedade.

Trata-se, portanto, de ir além da instituição do Estado, além mesmo da instituição do mercado, e olhar as condições pelas quais as nossas sociedades estão se transformando, e já estão transformadas. O número de organizações não-governamentais que atua dentro do

âmbito do Estado, na América Latina, é extraordinário. As decisões que nós tomamos como Chefes de Estado são muito mais decisões que se aproximam dos Chefes de Nação. E é por isso que, nessa nova forma de organização democrática, em que nós temos que enfrentar os desafios internacionais no plano econômico, em que temos que enfrentar, sim, a questão da presença da mídia e a questão da comunicação instantânea, a posição daqueles que são mandatários do povo assume um caráter simbólico, que não tinha no passado. Um caráter simbólico que leva à necessidade de, permanentemente, chamar a atenção para as desigualdades e combatê-las, chamar a atenção para os valores da democracia e sustentá-los. De alguma maneira, transformarmo-nos em elementos de coesão nacional, de coesão social, no momento em que esses valores têm desafios que, muitas vezes, não podem ter pronta resposta.

Por isso, os chefes de Estado, aqueles que simbolizam a coesão nacional, têm que ter um desempenho que, pelo exercício de um certo simbolismo, permita aos povos sentirem sua identidade, como nessa reunião, que é uma reunião simbólica. Mas, de alguma maneira, estamos aqui não como gestores da coisa pública, mas como responsáveis pela simbologia de uma identidade, que é nacional, mas vai além do nacional, porque é cultural, é hispano-portuguesa e latino-americana. Nós estamos aqui em função, precisamente, dessa dimensão nova da democracia. E estamos sendo olhados por toda a sociedade, mesmo que não o quiséssemos. Aquilo que um autor francês, chamado Foucault, dizia de forma crítica, eu direi de forma não crítica: nós, hoje, mesmo que não quiséssemos, estaríamos controlados por essas máquinas, esses fotógrafos, esses repórteres, que estão em toda parte e são fundamento essencial da vida democrática.

Hoje, a democracia implica essa transparência, implica essa capacidade de prestar contas. Essa prestação de contas se dá no Parlamento, mas não se esgota no Parlamento. Ela é cotidiana. E é por isso que estamos podendo enfrentar o desafio das desigualdades.

O Presidente Sanguinetti mencionou um fato, e é verdadeiro, de que, ao mesmo tempo em que se consegue estabilizar uma economia

que estava minada pela inflação, moralizar o aparato do Estado que estava corroído pela corrupção ligada à inflação, consegue-se melhorar as condições de vida do povo.

Eu tive que enfrentar, como Ministro da Fazenda e agora como Presidente da República, uma inflação galopante, uma desorganização do aparelho estatal muito grande, uma incapacidade de tomar decisões, em nome de um conformismo e do temor de dizer essas coisas com clareza ao País. Eu o fiz. Como consequência, todas as estatísticas publicadas, recentemente, mostram que, nestes dois anos, entre 13 e 15 milhões de brasileiros passaram da linha da pobreza para uma linha de maior dignidade, pura e simplesmente em função da estabilização da economia, de se evitar que a sangria representada pelo imposto injusto da inflação corroesse o salário do trabalhador. E o que fiz não foi sozinho. A Argentina o fez com anterioridade, o Chile mais ainda, o Peru. É um esforço grande num conjunto de países. Disso tudo está derivando uma taxa de crescimento econômico razoável, que pode e deve ser ampliada, mas não pode e nem deve ser ampliada através de mecanismos que levem à volta da inflação, do descontrole do gasto público. E, assim, diante disso, temos a obrigação de dizer “não” a programas que têm boas intenções sociais, mas cujo resultado, muitas vezes, mina a possibilidade da existência de uma situação econômica saudável de médio e longo prazo. Portanto, seria uma corrupção populista aceitar o primeiro apelo em função de um ideal que pode ser verdadeiro como tal, mas tem que ser construído de maneira efetiva, através de medidas responsáveis, que os homens de Estado têm que assumir e, pelas razões já ditas, expor ao conjunto do País o tempo todo.

Há uma situação nova na América Latina. Democracia para nós, hoje, é um valor, realmente é um valor. E nós não somos daqueles que acreditam que um instrumento, como o mercado, possa substituir um valor. Não. Mas valor em uma democracia, no sentido de democracia substantiva, porque implica também uma diminuição da desigualdade, um maior bem-estar dos povos. Portanto, nós estamos nessa nova contingência da humanidade, talvez até voltando a

ideais clássicos da democracia e do bom Governo, quando os filósofos gregos perguntavam pela felicidade dos povos, quando perguntavam se o Governo era capaz de tornar cada cidadão mais contente com ele próprio e mais feliz. Talvez isso seja uma utopia, mas ninguém muda o mundo, nem a sociedade em que vive, nem é capaz, efetivamente, de ter o que dizer na política, se não for capaz, também, de ter um conteúdo utópico, de ter uma crença, de ter um valor. E a democracia que estamos, aqui, reafirmando, até simbolicamente, é esse valor. É um valor que não se limita ao formal, mas significa o melhor mecanismo já encontrado para que nós possamos, efetivamente, mudar as condições concretas da vida dos povos.

De modo que era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, dado que o essencial já foi dito pelos que me antecederam.

Muito obrigado.